

# O CAPITALISMO NO BRASIL\*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis

Professora Livre Docente do Departamento de Educação do Instituto de  
Biotecnologia da UNESP-Botucatu.

**Resumo:** O texto traz um estudo sobre o contexto social, histórico, econômico, político e cultural de um dos maiores problemas sociais do Brasil: a desigualdade social. Neste sentido, ele inicia explicitando a desigualdade social como uma marca histórica da sociedade brasileira e avança em busca de suas origens. Identifica o modo capitalista de produção e organização da sociedade como o contexto da desigualdade social, identificando também, em sua trajetória histórica, as principais características deste modo de produção. O estudo prossegue em busca do contexto da desigualdade, analisando as tendências atuais de organização da sociedade, o que implica em compreender o liberalismo e o neoliberalismo como doutrinas que fundamentam esse tipo de organização social.

**Palavras chaves:** Desigualdade Social; Capitalismo; Liberalismo e Neoliberalismo.

## INTRODUÇÃO

Todos os anos os meios de comunicação publicam indicadores da desigualdade social no Brasil, analisados por diferentes órgãos e agências nacionais e internacionais. Esses indicadores relacionam-se a diferentes temas: a posição do Brasil frente a outros países do mundo – e/ou da América Latina - no que diz respeito à desigualdade social; aos índices que medem desigualdade social nos estudos econômicos; à concentração da riqueza produzida nas diferentes classes sociais; às oportunidades educacionais das pessoas das diferentes classes sociais; ao acesso a serviços de saúde etc. Embora com diferentes números (podemos encontrar publicações que colocam o Brasil em quarto, quinto ou oitavo lugar em desigualdade social no mundo ou em primeiro lugar na América Latina, por exemplo), a desigualdade social no Brasil é evidente em toda e qualquer análise. Por outro lado, um tema que vem sendo tratado pelos diferentes meios de comunicação de forma contraditória e até mesmo divergente, diz respeito à diminuição da desigualdade social nos últimos anos no Brasil, resultado do crescimento econômico que teve um significativo momento em 2008 e que, agora, em 2010, vem sendo retomado: em algumas análises a desigualdade cresceu, em outras estabilizou e, em outras ainda, diminuiu. Mesmo com essas divergências, o que se destaca nesta discussão é o fato de que a desigualdade social é um dos mais graves problemas do Brasil ainda hoje. Isso significa dizer que a discrepância de condições de vida entre ricos e pobres é enorme: se por um lado temos um conjunto – pequeno – de famílias que acumulam fortunas detendo um grande percentual da riqueza gerada no país, temos um conjunto – muito grande – de famílias que tem uma renda tão baixa que suas condições de vida são muito precárias.

Embora como um problema social de grande intensidade no Brasil, a desigualdade social também está presente em vários países do mundo. Desigualdade social significa que a distribuição da riqueza nos países não é igualitária, é desigual. As razões para que isso ocorra de forma tão frequente tem sido tema de estudo da Sociologia, compreendido diferentemente pelas diferentes “sociologias”. O objetivo deste texto é, portanto, contribuir para a compreensão da organização das sociedades modernas, do sistema econômico, político e social dos países capitalistas e a distribuição desigual de suas riquezas. Sem essa compreensão, da organização das sociedades modernas, não podemos estudar e refletir sobre a educação e os sistemas de ensino.

## BRASIL: CAPITALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL

Antes de estudarmos a sociedade moderna, o capitalismo, e as desigualdades sociais no Brasil, é importante compreender um pouco da história desta forma de organização social e suas principais características. Iniciemos pela análise de que o capitalismo é um sistema econômico, político e social, que implica na produção e comercialização de “mercadorias”.

A Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVII, é o mais importante marco histórico do capitalismo como sistema de organização das relações sociais no mundo, consolidando o que chamamos de modernidade ou sociedade moderna. Outras revoluções também contribuíram para a consolidação desse modo de produção, como, por exemplo, a Revolução Inglesa (século XVII), Revolução Francesa (século XVIII) e Independência Americana (século XVIII). No entanto, temos que considerar que o capitalismo como sistema de organização das sociedades modernas foi um processo que teve início muito antes de sua consolidação neste período histórico, um processo que marca a superação do feudalismo pelo capitalismo, a superação do poder da aristocracia pelo poder da burguesia, que marca a superação dos princípios de organização social da idade média pelos princípios de organização social da modernidade.

Se tomarmos como síntese desse modo de produção seu aspecto mais econômico – mas que define toda a organização da vida social – a *propriedade privada*, vemos como ela já existia – embora não da forma e com a dimensão que tomou no capitalismo – desde o início dos tempos. Embora a propriedade privada não existisse na pré-história, em que havia a organização da vida coletiva em pequenas tribos nômades de caçadores e coletores, encontramos esse conceito – ainda que primitivo – entre algumas outras tribos.

Com o desenvolvimento da agricultura, que fixou os grupos nômades em espaços geográficos definidos, tivemos a criação das cidades que imprimiu maior complexidade nas relações sociais e trouxe a *divisão social do trabalho*, outro dos importantes conceitos definidores do capitalismo. A prática social tribal, eminentemente grupal, não servia mais às relações sociais nesta nova organização, pois implicava em relações entre pessoas que não se conheciam. Assim, foi necessário o aparecimento do “contrato social” que estabelecia normas de convivência entre as pessoas nos grupos humanos mais complexos.

Nos séculos V e IV a.C., por exemplo, encontramos em Atenas e em algumas outras cidades-estado gregas, a prática das *trocas econômicas internacionais* – também característica do capitalismo. Mas o fato de encontrarmos também o trabalho escravo como eixo daquele modo de produção, não nos permite identificá-lo com o capitalismo, pois o *trabalho livre* é do mesmo modo uma das suas características fundamentais. A Antiguidade, portanto, teve uma configuração econômica, social e política própria, com mudanças históricas também com características próprias, mas que já “gestavam” algumas das características do capitalismo.

Foi na Idade Média (séculos V a XV) – sociedade medieval ou sociedade feudal –, com o feudalismo como forma de organização econômica, política e social, que o capitalismo se desenvolveu. Lembremos que o feudalismo tinha como características gerais o poder nas mãos dos senhores feudais, proprietário das terras, a economia baseada na agricultura e utilização do trabalho dos servos, ou seja, o feudalismo tinha uma forma própria de exploração do trabalho: nem escravo e nem trabalhador livre. O senhor feudal, proprietário de terras, concedia ao servo um pequeno lote de terras em troca de fidelidade e ajuda – servil – ao seu senhor. A sociedade se organizava hierarquicamente sendo, portanto, uma sociedade estática: a nobreza detentora de terras compreendia, por um lado, os senhores feudais (cavaleiros, condes, duques e viscondes) que viviam da arrecadação de impostos sobre suas terras, cultivada, por outro, pelos camponeses. Essa hierarquia era definida pelo nascimento: senhores e servos nasciam senhores ou servos, não havendo mobilidade social alguma. A divisão do produto do trabalho (dos camponeses) na terra (dos senhores) era seguida de outras taxas que os primeiros deveriam pagar aos segundos. Além disso, nas cidades alguns moradores viviam nas mesmas condições dos camponeses – os artesãos. O artesanato e a seguir a manufatura foram formas de organização do trabalho precursoras do trabalho industrial.

Além disso, a Igreja Católica tinha também grande poder econômico e político, dividindo com a nobreza esse poder assim como a arrecadação de dinheiro dos mais pobres. Mais do que dividir com a nobreza todo esse poder, nobreza e clero tinham, na prática, total identidade, eram a mesma classe social. A conquista de maior poder por parte dos senhores se dava pelas guerras, pelas quais também se expandia o poder da Igreja Católica. Os castelos fortificados e o prestígio dos cavaleiros dos exércitos medievais são significativos sinais dessa prática para a acumulação de riqueza e poder por parte dos senhores de terras e da Igreja.

Já no século XVI, algumas ideias e fatos prepararam o desenvolvimento do capitalismo. Mas, foi no século XVII que as ideias liberais tomaram corpo, assim como as formas de organização das sociedades culminaram nas revoluções nesse e no século XVIII com a ascensão da *burguesia* e a implantação formal do capitalismo na Europa. Se a acumulação primitiva de capital foi a prática econômica que precedeu o capitalismo e que se caracterizou pela acumulação econômica resultante, principalmente, da exploração das colônias e da expansão do comércio entre os países da Europa com outros continentes, foi a partir da

segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, que o capitalismo se consolidou. Do ponto de vista econômico, o capitalismo iniciou um processo intenso e contínuo de *exploração do trabalho* em grandes proporções, geração de lucro e acumulação de capital. Do ponto de vista político e social, a aristocracia perde o poder para a burguesia urbano-industrial e surge uma outra classe: os *trabalhadores* (ou operários, terminologia mais comum na Europa naquele momento).

O capitalismo inaugurou um novo tipo de trabalho: o trabalho industrial. É importante destacar que esse trabalho industrial não se referia apenas ao trabalho no interior da indústria, mas um novo tipo de trabalho, uma nova organização do trabalho, seja no interior das indústrias ou no interior de propriedades urbanas ou rurais dedicadas à produção econômica. Os trabalhadores rurais e os trabalhadores de serviços, por exemplo, tiveram modificações em suas relações de trabalho que tinham como base as relações de trabalho dos trabalhadores nas indústrias. O trabalho industrial foi, portanto, o novo modo de organização de trabalho na sociedade moderna. Essas novas relações têm base industrial, isto é, são relações de trabalho em que, de um lado, encontram-se os *proprietários dos meios de produção* e, de outro lado, *os proprietários da força de trabalho*. Os primeiros “compram” o trabalho dos segundos, seja na fábrica, nos estabelecimentos comerciais ou nas fazendas. Assim, chamamos de trabalhadores aqueles que vendem sua própria força de trabalho, não necessariamente aqueles que trabalham nas fábricas. Esse é um ponto importante para a compreensão do modo de produção capitalista porque dele emana o conceito de classe social de Marx (HARNECKER, 1971), e somente pode ser compreendido contextualmente: proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho – proprietários e trabalhadores.

No Brasil, a transição da economia agrícola para a economia industrial iniciou-se no final do século XIX e consolidou-se no início do século XX. Foi um processo tardio, obedecendo a formas não clássicas de desenvolvimento (ANTUNES, 1988; OLIVEIRA, 1972). As relações de trabalho foram estabelecidas entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho nos meios urbanos sob a hegemonia da indústria. Dessa forma, podemos dizer que o surgimento do capitalismo no Brasil caracterizou-se, no que diz respeito às classes sociais, pela ascensão da burguesia urbano-industrial ao poder político e econômico – antes exercido pela “burguesia” agrícola – e o surgimento da classe trabalhadora. O que nos interessa entender aqui sobre a organização do trabalho capitalista industrial não é o tipo de atividade de trabalho que exercem os sujeitos, mas sua identidade social, histórica e política. Se a industrialização nos países capitalistas determinou mudanças significativas na organização do trabalho e consolidou a burguesia industrial como classe hegemônica, por outro lado, a presença da classe trabalhadora nas sociedades contribuiu e aproveitou-se também dos processos de *urbanização*.

Vimos como, no Brasil, a implantação do capitalismo e a industrialização foram mais tardios. A Proclamação da República em 1889 é um dos marcos do início da mudança da sociedade brasileira de agro-exportadora em urbano-industrial. No entanto, não podemos con-

siderar, como na Europa, o surgimento do capitalismo e sua consolidação via Revolução Industrial como um processo revolucionário, transformador. Tivemos aqui uma versão menos transformadora das relações sociais de produção e das relações de poder, uma versão mais de acomodação destas relações na perspectiva capitalista e industrial, do que revolucionária.

O processo de implantação do capitalismo no Brasil, que se iniciou entre os anos de 1885 e 1930, expandiu-se até 1955, quando então ocorreu a etapa da consolidação da indústria. O período inicial foi marcado pelo fim do trabalho escravo, pelo início da decadência do poder político e econômico da burguesia rural<sup>1</sup> e pela imigração. Caminhando pela via colonial, conciliando novos e antigos interesses, sem exigir rupturas entre o antigo modo de produção e o modo de produção emergente, tivemos a acomodação de novas formas de produção. Isso teve algumas consequências de interessantes análises.

1. Oliveira (1972) considera os proprietários de terra no Brasil, no final do século XIX e início do Século XX, como burguesia agrária. É o antigo baronato, porém não pode ser considerados como pertencentes à aristocracia rural.

Se na Europa, a burguesia precisou do apoio político dos trabalhadores para tomar o poder da aristocracia, consolidando uma aliança política, no Brasil, esse apoio não foi necessário. A conciliação entre os novos e os antigos interesses em lugar de rupturas e novos pactos, excluiu os trabalhadores como atores do processo de transformação, caracterizando essa forma não clássica de modificação do modo de produção que imprimiu à classe trabalhadora que surgia no Brasil ainda maior fragilidade política.

Vejamos um pouco mais desta via conciliatória da industrialização no Brasil. A grande propriedade predominava e a economia era principalmente agro-exportadora. As crises econômicas mundiais atingiram a economia e os fenômenos da urbanização e da industrialização enfraqueceram a agricultura. Por estas razões, no início do século XX os grandes proprietários rurais, cafeicultores principalmente, exigiram a intervenção governamental para que a exportação de café continuasse a gerar altos lucros: baixa de impostos, regularização e facilidades nos financiamentos etc. Com estas e outras medidas definidas nos vários planos de valorização do café, a produção foi retomando seu crescimento até a crise mundial de 1929, quando uma superprodução puxou os preços para baixo. O consumo reduzido, a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e as geadas, exigiram a intervenção protecionista do Estado. O encarecimento da vida urbana beneficiou a burguesia urbano-industrial e penalizou a já existente classe média e os trabalhadores.

Tivemos alguns marcos nesse processo de desenvolvimento pela via da acomodação. A Revolução de 1930 foi um deles: marcou o fim do domínio da agricultura e a ascensão da indústria no Brasil. O processo de desenvolvimento urbano, a proteção alfandegária para a indústria, taxando com preços altos a importação de produtos industrializados, o câmbio baixo e o aumento lento e contínuo da população foram os principais responsáveis por essa situação. Entre estes vários fatores, muitos estavam ligados diretamente à intervenção do Estado no sentido de desenvolver a indústria. Além disso, aos fatores essencialmente econômicos, somou-se a abundância de mão de obra barata e não qualificada do trabalhador brasileiro.



O *trabalho não qualificado* é mais uma das características do capitalismo e, talvez, aquela que mais diretamente se relaciona à educação. Embora o trabalho industrial exigisse uma nova base técnica se comparado ao trabalho rural, essa base técnica, do ponto de vista da formação do trabalhador, resumia-se ao aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo, isto é, à apropriação de conteúdos da educação elementar. Isso porque, este modo de produção organiza-se pela divisão do trabalho: os proprietários dos meios de produção “pensam” os processos de trabalho e os proprietários da força de trabalho “executam” o trabalho. Essa exigência do capitalismo industrial de um trabalhador “desqualificado” fica mais evidente quando comparamos, por exemplo, a qualificação do trabalho que exigia o trabalho urbano anterior ao capitalismo, o trabalho no artesanato. O artesão se apropriava mais profundamente do processo de trabalho que implicava em vários níveis e tipos de conhecimentos para chegar ao produto do trabalho: lembremo-nos da importância da figura do “aprendiz” do trabalho neste processo anterior ao trabalho industrial. Essa desqualificação – do ponto de vista do conhecimento – no capitalismo industrial orientou, portanto, as políticas públicas de educação.

Nesse contexto, a grande crise econômica internacional que se agravou em 1929, trouxe reflexos nas economias de todos os países do mundo, em especial, aos latino-americanos. A crise mundial causou a depressão, reduzindo o nível de troca entre esses países. O desenvolvimento industrial exigia do país investimentos para consolidar o capitalismo, mas, como o capital privado nacional não tinha forças para investir pesadamente e a longo prazo na indústria, investiu no capital estatal e, mais tarde, no capital estrangeiro.

Um outro aspecto essencial do tardio processo de industrialização foi a importação de tecnologia. A indústria exigia novos produtos e constantes mudanças no processo de produção. Porém no Brasil, a mudança nos processos de produção industrial queimou etapas: não foi preciso, como ocorreu em outros países capitalistas, que o encarecimento da mão de obra estimulasse o desenvolvimento tecnológico, pois o Brasil sempre teve excesso de mão de obra significativamente barata. Além disso, o desenvolvimento tecnológico, desde então, vem determinando o crescimento do setor de serviços que sempre teve grande importância na economia brasileira, este setor abasteceu a indústria com seus “pseudo pequenos proprietários” (OLIVEIRA, 1972).

O início da industrialização no Brasil caracterizou-se, portanto, pela falta de um modelo econômico definido: o capitalismo industrial aqui implantado teve mais a forma de políticas pontuais de intervenção na economia do que propriamente um projeto econômico definido. Porém, desde o início do século XX, a indústria brasileira foi tornando-se um importante setor na economia nacional e os operários que nela trabalhavam direta ou indiretamente formaram uma nova classe em uma nova perspectiva social.

Além disso, para compreender a história da formação moderna da população no Brasil é necessário levar em conta também as diversidades regionais de condições de vida e de trabalho. O processo de imigração e de migração, e as formas de organização da população urbana são, para isto, aspectos relevantes. Estes processos foram processos sociais de caráter

histórico, resultantes de fenômenos históricos e sociais, entre eles, os econômicos. Aliados às transformações sócio-econômicas nas áreas de origem dos imigrantes e dos migrantes, os processos migratórios foram resultado da necessidade de agilizar as atividades econômicas, principalmente, a distribuição de produtos. Esta necessidade atraiu os grupos sociais para os meios urbanos, criando a população urbana.

Dessa forma, vemos como a formação da classe trabalhadora no Brasil está relacionada ao desenvolvimento industrial. Os trabalhadores dos meios rurais não vieram trabalhar nos meios urbanos em oficinas artesanais e em manufaturas, pelo menos em número que possa ter algum significado, mas diretamente para formar mão de obra para a indústria, inclusive como exército industrial de reserva ou como superpopulação relativa. O exército industrial de reserva caracteriza-se por um contingente de trabalhadores com alguma qualificação para o trabalho industrial, enquanto que a superpopulação relativa refere-se a um contingente de trabalhadores nas cidades sem qualificação alguma para o trabalho industrial, que forma o setor marginal da economia. De qualquer forma, ambos foram abundantes no início da industrialização no Brasil e ambos serviram para regular os salários, diminuindo o poder de pressão da classe trabalhadora que, nas vias clássicas dos processos de industrialização em outros países, foi tão importante histórica e socialmente, em particular, na pressão popular para a educação para todos.

As condições de vida do conjunto da população que se originou, no capitalismo, explorada foi, então, resultado desse contexto histórico: trabalhadores (explorados), exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. O contingente humano que formou o exército industrial de reserva e a superpopulação relativa, geralmente, trabalhava nos países não desenvolvidos como o Brasil, na economia informal. Essa característica do capitalismo tem grande importância na compreensão da formação da profunda desigualdade social no Brasil.

Com o fim do trabalho escravo, a força de trabalho livre formou o proletariado rural. No entanto, as relações de trabalho no meio rural continham componentes herdados das relações escravocratas de trabalho. Os proprietários de terras estabeleciam com os trabalhadores rurais, inclusive com os imigrantes, uma relação de serventia: a meação, a parceria, o colonato, o “barracão”. Os fazendeiros de café, por exemplo, faziam pressão para o aumento da imigração, pois o aumento da oferta de mão de obra significava a possibilidade do barateamento dos salários. Eles impunham aos novos trabalhadores condições insuportáveis tais como: pagamentos irregulares, isolamento, sistema de “barracão”, falta de assistência médica, de escolas e de igrejas.

Podemos observar como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil determinou precárias condições de vida e de trabalho para os trabalhadores desde seu início. Alto custo de vida, salários baixos e irregulares – ou até falta de pagamentos –, dificuldade para habitação e transporte, instabilidade no emprego, regulamentos rígidos, que determinavam jornadas de trabalho desumanas – de dez, doze, quatorze e até dezessete horas de trabalhos ininterruptos

–, além de multas e castigos corporais para adultos, mulheres e crianças trabalhadoras. A falta de descanso semanal remunerado e de licença remunerada para tratamento de saúde, a repressão às atividades políticas e associativas foram também algumas dessas condições. Embora presentes no início do processo de industrialização, essas condições de trabalho e de vida para a população urbana da classe trabalhadora no Brasil atenuaram-se, modificaram-se, mas, de certa forma, mantiveram-se presentes em diferentes momentos históricos.

Então, se convivemos, hoje, no Brasil com alarmantes índices de desigualdade social, a história e as características de nosso modo de organização das relações sociais mostram que o capitalismo favoreceu a esse contexto. A primeira etapa do capitalismo, denominada pré-capitalismo, foi caracterizada na Europa pela economia mercantil e o artesanato, o que no Brasil não aconteceu como etapa significativa de acumulação primitiva de capital. A seguir, o Capitalismo Comercial que, na Europa, se caracterizou pela generalização do trabalho assalariado, mesmo que predominasse ainda na economia o artesanato, também não teve grande significado no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O Capitalismo Industrial, que se expressa pelo predomínio do trabalho assalariado, da divisão social do trabalho, da exploração do trabalho, do trabalho não qualificado e da urbanização, foi a etapa mais significativa, que caracterizou o início dessa nossa forma de organização social da produção e que teve no exército industrial de reserva e na superpopulação relativa um dos seus importantes elementos constituintes.

O processo tardio de implantação do capitalismo no Brasil e suas características históricas, políticas e sociais, levaram ao desenvolvimento de uma forma ainda mais concentradora de riquezas do que as formas clássicas do capitalismo nos países chamados “centrais”. A essência desse modo de produção – a exploração do trabalho de muitos por poucos –, cujo objetivo é a acumulação de capital, deu-se aqui de formas ainda mais aprofundadas e perversas. Essas formas determinaram relações sociais extremamente desiguais, ainda que as lutas políticas dos trabalhadores em diferentes momentos históricos tenham conquistado algumas vitórias – e muitas derrotas!

Do ponto de vista político, o Estado no Brasil sempre defendeu, com pequenas exceções, os interesses das classes hegemônicas, das classes dominantes. Lembremos, por exemplo, como nos diferentes períodos históricos tivemos regimes autoritários que tinham em comum a necessidade de “controlar” movimentos sociais, os quais lutavam a favor da melhoria de condições de vida e de trabalho dos trabalhadores explorados. Justamente por isso, esses movimentos foram superados por teses e propostas oriundas das classes dominantes.

Podemos afirmar, ainda, que a etapa atual do capitalismo no mundo, o Capitalismo Financeiro, também caracteriza a organização das relações sociais no Brasil, mas traz, também, principalmente no que diz respeito às classes sociais, a marca de sua origem. Nos países desenvolvidos, as pessoas viveram durante algum tempo de forma mais intensa os direitos sociais, políticos e econômicos, expressos pelas boas condições de moradia, saúde,



educação e emprego. No Brasil, por outro lado, grande parte da população viveu – e ainda vive – em condições de pobreza e miséria, marcadas pela precariedade – ou plena ausência – de trabalho, saúde, educação e outros bens sociais.

Se a diferença social é, em sua essência, parte integrante da forma de organização capitalista das relações sociais (segundo as teses de seus defensores essa desigualdade é desejada, pois “estimula” o crescimento econômico), no Brasil, essa diferença se avoluma e se aprofunda. Embora as classes proprietárias tenham condições de vida semelhantes as das classes pertencentes aos países desenvolvidos, as classes “despossuídas” têm condições muito diferentes, bem mais precárias e desassistidas.

Mesmo que consideremos a complexificação do conceito de classes sociais no atual momento histórico – no Brasil e no mundo –, podemos afirmar que convivemos de forma ainda mais dramática, com profunda desigualdade social. No que diz respeito ao acesso e permanência na escola, podemos afirmar que, tradicionalmente, o sistema de ensino brasileiro foi excludente e dual (ROMANELLI, 2009) isto é, temos um tipo de educação para os filhos das famílias das classes privilegiadas e outro tipo de educação para os filhos das famílias pobres.

Então, se a escola no Brasil tem uma trajetória histórica marcada pela tardia implantação de um sistema público nacional de ensino caracterizado, nos diferentes momentos históricos, como excludente e dual, que “lições” essa história nos traz? Frigotto (2005), analisando a escola pública atual nessa perspectiva histórica, identifica nessa trajetória três projetos de desenvolvimento da sociedade brasileira em disputa no século XX que esclarecem o papel da escola básica pública no século XXI: o projeto liberal (ou neoliberal), o projeto do “desenvolvimentismo conservador”, e o projeto do “desenvolvimento econômico nacional e popular”.

Vejamos, a seguir, um pouco dos condicionantes desta disputa.

## CAPITALISMO, LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO

O capitalismo tem, entre seus principais eixos organizativos, a oposição entre as classes sociais, entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, construindo uma forma de ser e de agir na sociedade. Além disso, ele tem, também em sua construção, algumas ideias, ou seja, formas de pensar que fundamentam esse agir. A essas formas de pensar, aos modelos econômicos, políticos e sociais, chamamos de doutrina.

A doutrina político-social-econômica, na qual se fundamenta o capitalismo, é o liberalismo. Diferentemente do que poderia sugerir, as ideias “liberais” que emergem desta doutrina político-social-econômica, referem-se essencialmente ao “direito de cada um atingir para si próprio uma posição cada vez mais vantajosa” (KRUPPA, 1994), no que se refere ao seu lugar na sociedade, conquistado pelo poder econômico. Essa autora destaca para análise alguns princípios que sustentam o conjunto de ideias liberais: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Embora esses princípios possam parecer à primeira vista valores universais na organização das sociedades, eles somente podem ser compreendidos se contextualizados pela doutrina que os defende. As questões que colocamos aqui para análise concernem a: qual individualismo, qual liberdade, qual propriedade, qual igualdade e qual democracia?

Analisados assim esses princípios (qual?), no contexto do capitalismo, podemos compreender sua expressão mais concreta. Sobre o individualismo não é necessário muito esforço para compreendermos sua importância e impacto nas relações sociais capitalistas. Para John Locke – um dos mais importantes pensadores que participaram da formulação dessa doutrina político-econômica ainda no século XVII – o individualismo fundamenta-se na noção de direitos naturais dos sujeitos, direitos individuais independentes das relações sociais. Isto é, o individualismo significa que, independentemente dos outros, cada sujeito tem direitos próprios. Essa independência de cada um em relação aos outros é levada, na doutrina político-social-econômica do capitalismo, ao extremo: “a pobreza e a riqueza dependem da vontade de cada um” (KRUPPA, 1994). Então, se considerarmos que as condições de vida, o ponto de partida das pessoas das diferentes classes sociais, com relação à pobreza e à riqueza, são extremamente diferentes – incluindo suas oportunidades de educação, saúde, transporte, moradia, etc. –, começamos a compreender que o individualismo como princípio de direito natural beneficia muito mais a alguns (aqueles que têm oportunidades melhores) do que a outros (os que têm piores oportunidades). Dessa forma, podemos concluir que, o individualismo, em uma sociedade desigual, mais do que garantir o direito natural de todos, garante o direito de alguns e dificulta, praticamente impedindo, o direito de outros.

A compreensão do princípio da liberdade no contexto do capitalismo é ainda mais complexa. Tomemos para análise o conhecido vídeo “Ilha das Flores”. Dirigido por Jorge Furtado (1989) e produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre, o vídeo mostra, pela trajetória de uma mercadoria, um tomate – de sua produção ao seu descarte –, as relações entre as classes em nossa sociedade desigual. No final do vídeo, compreendemos que, por serem livres – no sentido exato do princípio de liberdade da doutrina liberal –, os seres humanos (sem “dono”) têm direito aos restos de alimentos de um “lixão” na Ilha das Flores, somente após a seleção de alimentos para os porcos. Esse vídeo, uma das mais premiadas produções brasileiras em filmes, discute como liberdade não é e nem pode ser um princípio universal em uma sociedade desigual. No capitalismo, temos a divisão social do trabalho – aqueles que possuem (e controlam) os meios de produção e aqueles que não possuem – que implica em divisão de classes, como uma das principais características. Então, as classes sociais e a desigualdade entre elas é uma das formas constitutivas do capitalismo, isto é, não se trata de um problema circunstancial, mas de uma característica estrutural, parte de sua própria estrutura. Mesmo que consideremos as modificações contemporâneas no mundo do trabalho, não podemos afirmar que o capitalismo e, por extensão, o liberalismo como doutrina político-social-econômica, superou a divisão de classes sociais. Desse modo, liberdade é um princípio do liberalismo que só pode ser compreendido no contexto da sociedade de

classes: liberdade para as pessoas que têm diferentes condições de vida, liberdade para que elas, individualmente, busquem superar as condições de sua própria classe de origem. Ora, sabemos que isso pode ser considerado, apenas e muito restritamente, no nível individual – a doutrina liberal tem como princípio o individualismo –, mas se considerarmos as tão extremas diferenças entre as tão desiguais condições de vida, essa liberdade perde o sentido que, aparentemente, lhe é atribuído. Liberdade no liberalismo apoia-se no individualismo. Assim, quando questionado o princípio do individualismo, por sua perversidade em uma sociedade desigual, este expressa sua fragilidade e não, princípios de liberdade.

Com relação ao princípio de propriedade na doutrina liberal, iniciemos pela compreensão de que no capitalismo a propriedade é “um direito que cada um tem e que o Estado deve proteger” (KRUPPA, 1994, p. 51) e que: “qualquer indivíduo pobre, trabalhador e com qualidades pode enriquecer e adquirir propriedades” (KRUPPA, 1992, p. 51). Dessa forma, vemos que o princípio de propriedade vincula-se diretamente, na doutrina liberal, ao seu próprio princípio de individualismo (a situação social e econômica de cada um depende de sua própria capacidade) e ao princípio de igualdade.

O princípio de igualdade, longe de ser um princípio social, para a doutrina político-econômica do liberalismo refere-se restritamente à igualdade perante a lei. Vemos, então, que, se a existência de ricos e pobres é “natural”, conforme defende essa doutrina, uma vez que nem todos têm “vontade” e “capacidade”, o princípio da igualdade é formal. Então, a desigualdade social é vista como “natural”, resultado do esforço individual e diferente de cada indivíduo.

E, por último, temos para análise, o princípio liberal de democracia. Podemos compreendê-la, também, como democracia formal, como o direito de todos a participarem do Governo. Lembremos que o Governo, no liberalismo, é aquele que garante os direitos naturais de todos, individualmente. Então, a democracia formal é a possibilidade de todos participarem desse Governo de forma representativa. Isso significa dizer que, para a doutrina liberal, todas as pessoas, individualmente, participam ou escolhem seus representantes no Governo. As formas de escolha, que no Brasil têm como coadjuvante o poder econômico, não importam, tendo em vista que o princípio de escolha é formalmente garantido, há, então, um Estado democrático.

Se considerarmos toda a história do desenvolvimento do capitalismo no mundo, vemos como seus princípios são defendidos de tal forma, que podemos chamar de “ideológica”, a ponto de parecerem valores universais e não, princípios de uma determinada doutrina – a liberal –, com determinados objetivos – a consolidação do capitalismo – e estratégias. O lema da Revolução Francesa expressa claramente os princípios da doutrina liberal: liberdade, igualdade e fraternidade. No Brasil, do ponto de vista histórico, desde Tiradentes (1746-1792), passando pela abolição (1888) e a Proclamação da República (1889), esses princípios estiveram presentes.

O mais importante na análise desses princípios refere-se ao fato de que, na doutrina liberal, as relações sociais são compreendidas como relações entre as pessoas individualmen-

te. Ou seja, o centro da vida social, da vida em sociedade, é o indivíduo, único responsável – individualmente – por seu sucesso ou fracasso. Ora, sabemos que a realidade social é mais complexa do que isso, a sociedade não se restringe à soma direta de indivíduos. Consideremos para análise, por exemplo, a ideia de que todos, por seu esforço individual, definem sua situação de vida. Isso só poderia ser verdade se considerarmos que todas as oportunidades são iguais – um dos argumentos dos liberais. No entanto, sabemos que em uma sociedade desigual, as oportunidades são diferentemente distribuídas. Pensemos no sistema de ensino no Brasil: podemos afirmar que ele garante oportunidades iguais para todos?

A conhecida afirmação de que “a escola pública no meu tempo era boa” não tem sustentação se conhecermos um pouco de história da educação. A própria ideia de escola para todos do liberalismo é questionável. Tivemos sua maior expressão na Revolução Francesa, cujos documentos afirmavam sem pudor algum que a educação era para todos, mas apenas para lhes ensinar os rudimentos do trabalho industrial e não para formar homens críticos ao liberalismo. No Brasil, o movimento da Escola Nova defendia a escola para todos, mas havia a manutenção da sociedade desigual, tal qual uma pirâmide de base larga, cuja mobilidade seria resultado da vontade e competência individuais. Essas ideias estiveram presentes na organização de nosso sistema de ensino que, seguindo os princípios liberais, se organizou de forma a oferecer aos diferentes grupos sociais uma educação diferente: a escola dos ricos e a escola dos pobres. Lembremos que a aquela “boa escola” não incluía a grande maioria da população no Brasil: a população pobre.

O liberalismo como doutrina político-econômica fundamentou a organização das sociedades capitalistas desde sua origem, contribuindo para sua consolidação ao ponto de lograr transformar seus princípios, carregados de intenções concretas, em princípios aparentemente universais nestas sociedades. No entanto, as crises econômicas e, de certa forma, políticas, pelas quais as sociedades capitalistas passaram, obrigaram seus defensores – representados principalmente pelos governos dos estados capitalistas – a tomarem medidas para sua manutenção. Junto a essas medidas práticas, de política econômica, a doutrina liberal também foi reajustada.

Em um estudo anterior (PIRES; TOZONI-REIS, 1999), analisamos essa nova etapa da organização das relações sociais no mundo capitalista que ficou conhecida como “nova ordem mundial”. Naquele momento já perguntávamos: que *nova ordem* é esta? O que é *nova* e qual é a *ordem*? Como essa *nova ordem* define as demandas sociais? À primeira vista, o tema sugere que *nova ordem mundial* significa o progresso tecnológico que modifica (mas não transforma) a base técnica da produção e traz modificações na organização do trabalho, exigindo novas diretrizes para a qualificação e a formação humana. A chamada Terceira Revolução Industrial, Sociedade pós-industrial, pós-capitalista, pós-moderna, pós-histórica ou sociedade global, traz em seu interior o avanço do conhecimento, constituindo-se assim na *sociedade do conhecimento* (FRIGOTTO, 1995). Nessa sociedade, a flexibilização da produção, participação, auto-organização, trabalho em equipe, produtividade, competitividade

e qualidade total (ANTUNES, 1995; FRIGOTTO, 1995) são características de organização social. As modificações nas relações sociais, provenientes dessa organização são acompanhadas de um processo de internacionalização peculiar: a globalização.

A conjunção de uma crescente internacionalização e interdependência dos mercados com a formação de áreas de livre comércio e com a chamada Terceira Revolução Tecnológica, caracteriza a globalização como nova diretriz para a organização da economia nos mais diferentes países. Essa nova diretriz atinge todos os setores da organização social, transformando valores estabelecidos e gerando sensações de incertezas. Ianni (1997) apresenta criticamente as metáforas suscitadas pela globalização: *fim do Estado, fim da Geografia, fim da História, mundialização, aldeia global, mercado único* etc. No entanto, é preciso lembrar que o capitalismo sempre foi internacional.

O movimento de expansão é uma tendência inerente ao capitalismo. Já em 1848 Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, entre outros escritos, apontavam a tendência à expansão do capitalismo como uma característica deste modo de organização da produção:

Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas. Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (MARX; ENGELS, s/d, p.26)

Assim, a *nova ordem* parece ser o cenário econômico, político, social e cultural da sociedade em sua atual forma de organização. Articulado ao processo de globalização está a expansão do neoliberalismo como alternativa teórica e política à crise do capitalismo internacional. Ou seja, o neoliberalismo é a redefinição da doutrina liberal para que este novo estágio do capitalismo enfrente as crises geradas por ele mesmo. Esta redefinição pode ser entendida, principalmente, pelo seu descomprometimento com as políticas públicas, pela tentativa de implantação do Estado mínimo para o enfrentamento da crise financeira do modelo de Estado de bem estar.

Além disso, a globalização pode ser entendida também como uma nova modalidade de acumulação de capital. Em momentos anteriores, a acumulação capitalista concentrava suas principais estratégias na expansão da produção de valor e da exploração do trabalho. Nessa nova modalidade de acumulação, a apropriação de riquezas é resultado, principalmente, de atividades especulativas no mercado financeiro. Chamamos, portanto, essa etapa do capitalismo de financeira.



Com a aceleração da automatização da produção somada à agilização dos processos de comunicação, que possibilitam lidar de forma imediata com o mercado financeiro, o que nele circula não é mercadoria nem moeda física, mas informação. Portanto, o que caracteriza o processo de globalização, de forma mais clara, é a revolução tecnológica informacional. Não há, a rigor, troca de mercadorias nem de papel moeda, há sim troca de informações sobre dinheiro isto é, sobre *papéis* que significam dinheiro. Há uma grande abstração da troca.

A proposta política neoliberal ganha espaço, portanto, com a crise teórica, política e econômica do capitalismo internacional. Estas crises colocaram a necessidade de reorganizar o modo de produção capitalista. O modelo neoliberal, implantado nos países capitalistas avançados, expandiu-se por toda parte, indo além dos aspectos econômicos. Sua expansão pode ser compreendida como um fenômeno internacional de enorme importância.

O neoliberalismo traz, portanto, a reformulação de alguns princípios do capitalismo liberal. É a *reação teórica* e política veemente contra o *Estado intervencionista* e de bem estar (SADER; GENTILLI, 1995) que se instalou em alguns países no pós-guerra. Isto é, logo após a Segunda Guerra, os movimentos sociais reivindicatórios conquistaram direitos de tal monta que, nos países desenvolvidos, caracterizaram o estado como um Estado de Bem Estar Social. Um Estado que garantia, através de políticas públicas, o bem estar do conjunto da população. Essas políticas públicas referiam-se, principalmente, ao atendimento à saúde e educação, ao transporte e à moradia, além de uma forte e protetora política salarial, resultado da intensa intervenção do Estado na economia, mediando os históricos conflitos entre os produtores dos meios de produção e os trabalhadores. Dessa forma, podemos dizer que, a partir do final dos anos de 1940, nesses países, no interior do sistema capitalista, as nações em desenvolvimento garantiram o bem estar social da população, caracterizando-se como um Estado provedor, previdenciário.

A doutrina político-social-econômica neoliberal tem como principal característica a busca de uma política econômica que, sem intervenção do Estado, vigore sem qualquer limitação dos mecanismos do mercado. Friedrich Hayek a formulou principalmente com o livro *O Caminho da Servidão* publicado pela primeira vez em 1944. Hayek coloca-se veemente contra o Estado Previdenciário, argumentando que este tipo de organização da sociedade abate a iniciativa individual que produz a riqueza, da qual toda sociedade se beneficia a médio e longo prazo. Neste sentido, a desigualdade social é um valor positivo para gerar e manter o desenvolvimento econômico. A desigualdade, como uma estratégia importante para a prosperidade, garante, na lógica liberal e neoliberal, a concentração de riquezas que beneficiaria a toda sociedade. Essa alternativa ao Estado Previdenciário pode ser entendida, principalmente, pelo seu descomprometimento com as políticas públicas econômicas e sociais, pela tentativa de implantação do Estado mínimo.

A reação contra o Estado intervencionista e o Estado de bem estar social, e a busca do Estado mínimo, emergiu da crise fiscal do Estado. No entanto, Estado mínimo não significa Estado fraco. O modelo do Estado forte, mas desobrigado socialmente é o que se pode cha-

mar da síntese do neoliberalismo (SADER; GENTILLI, 1995). O Estado mínimo forte deve intervir na economia, não mais como regulador das relações sociais, como mediador dos conflitos entre as classes, mas intervém para possibilitar o modelo de acumulação neoliberal, o modelo que privilegia o capital financeiro. O Estado tem que ser suficientemente forte para impor políticas que favoreçam a acumulação especulativa, o que necessariamente aumenta o desemprego e gera crises.

O agravamento da desigualdade é uma das marcas do avanço neoliberal. Essa desigualdade tem gerado a contestação das políticas internacionais neoliberais que tem se expressado em diversas manifestações em todo o mundo. A criação e consolidação do Fórum Social Mundial, em oposição aos encontros do G-8 (e a partir de 2009 do G-20), os protestos do movimento ambientalista nos últimos anos, e outros movimentos sociais que protestam contra o modelo de desenvolvimento econômico e suas consequências no agravamento das desigualdades sociais, são alguns exemplos.

Como capitalismo financeiro, a receita econômica neoliberal exige a estabilização da moeda, contendo os gastos com o bem estar social, pela reforma fiscal. A diminuição de impostos, com o corte dos gastos públicos em garantias sociais, concentra riquezas privadas e, com isso, possibilita novos investimentos e restaura a “taxa natural” de desemprego que defende esta doutrina. O desemprego em massa, consequência dos ajustes econômicos do neoliberalismo em todas as partes do mundo, é o componente mais perverso da *nova ordem*. Partindo do pressuposto de que só o capital concentrado cria riquezas, isto é, somente o aumento de capital significa investimentos, o desemprego, ou melhor, *a taxa natural de desemprego*, que faz diminuir os salários, garante maior taxa de lucro e, portanto, maior acumulação de capital. Assim, o desemprego não é uma consequência indesejada da economia neoliberal, mas um de seus componentes estratégicos. No Brasil, como em vários outros países, uma das consequências mais perversas desta situação é o enorme crescimento da marginalidade e da violência urbana. Assistimos diariamente a um conjunto de ações do crime organizado, criando verdadeiros enclaves nos grandes centros, que vitimam, principalmente, a população pobre, inclusive pelo recrutamento de crianças e jovens para atuarem no mundo do crime, sobretudo na prostituição e no tráfico de drogas. Desse modo, as políticas neoliberais criam miséria ao destruir o emprego, e destroem também as possibilidades do desenvolvimento humano pleno dos sujeitos sociais.

A desigualdade social é cada vez maior. Essa desigualdade fica mais evidente quando identificamos a efetiva participação dos países no processo de globalização da economia. Desemprego, desigualdade, exclusão social e exploração compõem o cenário sócio-político da organização da sociedade no mundo atual, fundamentado pelo neoliberalismo, pela reformulação do liberalismo diante das crises econômicas que o próprio capitalismo gerou. Para FORRESTER:

Depois da exploração do homem pelo homem em nome do capital, o neoliberalismo e seu braço operacional, que é a globalização, criaram, mantêm e ampliam, em nome da sacralidade do mercado, a exclusão de grande parte do gênero humano. O próximo passo será a eliminação? Caminhamos para um holocausto universal, quando a economia modernizada terá

repugnância em custear a sobrevivência de quatro quintos da população mundial? Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser exterminados?

O raciocínio é bem mais do que uma hipótese. É um desdobramento lógico do horror econômico fabricado no laboratório dos economistas neste final de século. Horror - este sim - globalizado pelos governos que buscam resultados contábeis e condenam a ação social como jurássica.

A massa dos excluídos em todo o mundo constituirá um formidável dinossauro que a economia modernizada eliminará como inviável no Estado neoliberal. Não se trata de um apocalipse, mas de um novo eixo da história. Só os melhores, os economicamente arianos, deverão sobreviver. Os não arianos formarão o gueto - e como a manutenção do gueto é um paradoxo econômico (para quem produzir para quem não pode consumir?), a solução a médio ou a longo prazo será o extermínio em massa. Menos custo e mais benefício para os balanços de governos e empresas (FORRESTER, 1997, 2a capa).

A *nova ordem* repercute também, diretamente, na organização do trabalho. O avanço tecnológico e a automação que caracterizam os atuais processos de produção são elementos reestruturadores das relações de trabalho. Antunes (1995), discutindo as metamorfoses no mundo do trabalho, coloca a discussão da reestruturação como um processo mais complexo e contraditório do que o apresentado pelos defensores do neoliberalismo e da nova organização do trabalho e das sociedades.

Nesse cenário, aparece a especialização multifuncional, exigida principalmente pela automação dos processos de produção. A economia mundial, com suas enormes diferenças, tende a exigir trabalhadores qualificados, com nova base técnica e cultural (DOWBOR, 1994). Essa exigência, somada ao desemprego estrutural que atinge diariamente a todos os países do mundo, inclusive os países de maior estabilidade econômica, onde o neoliberalismo se instala, traz para as relações de trabalho a competitividade.

O desenvolvimento tecnológico, que permitiria o aumento da produtividade sem diminuir o número de empregos, não encontra espaço no processo de globalização *capitaneado* pelo neoliberalismo. Além disso, acentua-se nesse processo uma tendência de nova divisão mundial de poder político e econômico – a substituição do conflito Leste-Oeste pelo Norte-Sul, criando poderosos blocos econômicos (TOURRAINE, 1995; SANTOS, 1996). Isso demonstra que o processo de globalização não é homogêneo como querem apresentar seus defensores. Temos, ainda, problemas econômicos agravando-se em diferentes dimensões em vários países do mundo, como inflação, desemprego, taxas de juros, déficit orçamentário, crise financeira do Estado-Providência, dívida externa e política econômica em geral (SANTOS, 1996).

No Brasil, a privatização dos serviços de saúde e educação foi iniciada nos anos de 1970, durante a ditadura militar, precedida pela deterioração dos serviços públicos nessas áreas. Mas a efetiva implantação do projeto neoliberal ocorreu nos anos noventa, atingindo seu ponto alto no segundo mandato governo Fernando Henrique Cardoso e nos dois mandatos do atual Presidente Lula. Em quatro mandatos presidenciais sucessivos, a política econômica adotada,

desde 1995, implantou um agressivo programa de privatização de empresas e serviços públicos: transformou os serviços de saúde em fonte de acumulação por meio dos seguros e planos de saúde, consolidou a privatização do ensino que não se deu pela privatização direta das instituições escolares, mas pela crise de qualidade na escola pública, privatizou os transportes direta ou indiretamente através, por exemplo, da agressiva privatização das rodovias, entre outras medidas.

Chama-nos a atenção que os governos defensores do estado neoliberal comemorem o fato de que o orçamento do Estado vem registrando sucessivos superávits primários. Isto significa que as despesas com atividades próprias do Estado têm sido inferiores às receitas arrecadadas. O desemprego cresceu a níveis alarmantes, chegando a atingir 17% da população economicamente ativa desde a implantação no Brasil da política neoliberal. Temos, hoje, uma taxa de desemprego que, dependendo da época de coleta dos dados, da região estudada ou do sexo dos desempregados, gira em torno de 13% em 2008, segundo dados do Dieese (2009).

Nesse contexto como pensar a educação e, mais especificamente, a educação escolarizada? A operacionalização das ideias neoliberais, pressionadas pela globalização, pela dependência da economia mundial, leva à necessidade da Reforma do Estado. A desregulamentação pressupõe a saída do Estado não só do setor de produção, mas também dos serviços públicos. Os direitos sociais, concebidos como bens de consumo, são transformados em *mercadoria* e colocados no *setor de serviços* dos quais o Estado se desobriga a fornecer. Entre estes direitos sociais encontram-se a saúde, a educação, a previdência, social, etc.

A educação ocupa um papel estratégico no projeto neoliberal. De um lado, de preparação *para* o trabalho, garantia da formação do trabalhador sob a nova base técnica da automação e da multifuncionalidade. De outro lado, a consolidação da educação, inclusive a escolar, com função ideológica, de transmitir as ideias liberais e neoliberais. Assim, o processo educativo incorpora as ideias de organização social oriundas do projeto neoliberal como a competição, o individualismo, a *eficiência*, a produtividade, o imediatismo, a busca da *qualidade* (compreendida como qualidade para o mercado) etc.

Na educação escolar, as instituições de ensino têm sido alvo das reformas políticas e sociais. O projeto liberal atravessou praticamente, como vimos, em sua versão mais contemporânea – o neoliberalismo –, todo o século XX como hegemônico, com poucos períodos de interrupção, derrubando e assimilando teses do projeto mais conservador. O projeto do desenvolvimento popular cresceu no final da ditadura e consolidou-se no início dos anos 80.

Entramos no século XXI, portanto, com a escola pública estruturada por reformas educacionais fundamentadas na teoria do capital humano, ou seja, com reformas que trouxeram a marca do economicismo na educação: a submissão do projeto educacional aos interesses econômicos das elites no Brasil. Com o fim da ditadura militar, a redemocratização da sociedade brasileira, em que o projeto popular teve grande atuação como oposição ativa e alternativa ao projeto liberal hegemônico, desembocou no neoliberalismo tentado pelo Governo Collor e consolidado pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Nesse sentido, as políticas públicas foram todas ajustadas de modo a garantir a desregulamentação de direitos, a descentralização de responsabilidades e a investida na privatização do que é público.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.
- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**. São Paulo, Editora Cortez, 1988.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- CONY, H. O novo Holocausto. In: FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. 2.capa.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (Ed.). **Pesquisa de emprego e desemprego: PED**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/peddad.html>>. Acesso em: 14 jul. 2009.
- DOWBOR, L. **Os novos espaços do conhecimento**. [S. l.: s.n.], 1994. mimeografado.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, G. Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. **Ciência & Opinião**, Curitiba, v. 1 e 2, p.15-28, 2005.
- HARNECKER, M. **Los conceptos elementares del materialismo histórico**. 6. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ILHA das flores. Direção de Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1999. 1 DVD
- KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Escrava, s/d.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, v. 2, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências. 1972.
- PIRES, M. F. C.; TOZONI-REIS, J. R. Globalização, Neoliberalismo e Universidade: algumas considerações. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**. n. 4, p.29-39, 1999.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Petrópolis. Vozes. 2009.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.
- TOURRAINE, A. Um mundo em pedaços, a fragmentação progressiva das zonas de influência põe em dúvida o sucesso da globalização. **Folha de São Paulo**. 13 ago. 1995, p. 5-13.

\* Texto produzido especialmente para a disciplina Sociologia da Educação do Curso de Pedagogia oferecido pela UNESP através da UNIVESP-TV.